

MOVIMENTO ESTUDANTIL E A DEMOCRATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Karina Perin Ferraro

Neusa Maria Dal Ri

Universidade Estadual Paulista

RESUMO

No início do século XX as lutas estudantis pela democratização das universidades na América Latina configuraram-se como um movimento próprio, reivindicando participação na gestão universitária e autonomia perante o poder religioso. A partir de meados do mesmo século, a luta dos estudantes por participação na universidade se expande e centra-se na crítica ao Estado burguês e ao poder do corpo docente. Este texto apresenta e discute as contribuições do Movimento Estudantil na luta pela autonomia e pela participação na gestão universitária na América Latina.

Palavras-chaves: Movimento Estudantil. Autonomia Universitária. Gestão Democrática.

ABSTRACT

In the early twentieth century the student's struggles for the democratization of universities in Latin America is characterized as a movement, claiming for participation in university's governance and religious autonomy. Since mid-century, the struggle of students for participation in the university expands and takes focus on criticizing the bourgeois state and the power of the faculty. This paper presents and discusses the contributions of the Student Movement in the struggle for autonomy and participation in university management in Latin America.

Keywords: Student Movement. University Autonomy. Democratic Management.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento do capitalismo desenvolveu-se a divisão pormenorizada do trabalho, consequência da divisão entre a teoria e a prática. Essa divisão se aprofundou pela lógica inerente ao processo de produção material em ascensão, que separa os que detêm os meios de produção e, por isso, controlam o processo de trabalho, daqueles que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver e, portanto, apenas executam. Gramsci (2004) esclarece que não existe uma cisão completa, como se o trabalho manual fosse unicamente prático, porque todo trabalho manual advém de um esforço humano de elaboração individual do executor, portanto, o que existe é a separação entre a atividade essencialmente intelectual e aquela que não é.

A produção intelectual e a formação universitária não continham em si uma relação direta com a organização econômica, mas a partir da organização do Estado-Nação e do desenvolvimento das forças produtivas, a educação escolar tornou-se necessária para

formar os quadros intelectuais e a força de trabalho para a nova organização social em ascensão.

Para Gramsci (2004), o Estado moderno teve como elemento constitutivo de sua base fundante a produção de uma nova camada de intelectuais, que colaborou para o desenvolvimento da nova ordem social, retirando a centralidade da Igreja na produção teórica, subalternizando de vez a ordem feudalista. O autor afirma que cada classe que emerge ao poder necessita constituir uma camada de teóricos, lançando bases para a constituição de uma nova moral, de novas leis, direitos e deveres etc. A partir destes elementos podemos pensar o interesse do Estado em subsidiar, direcionar e controlar a formação universitária que produziria os novos quadros intelectuais. Como afirma Le Goff (1973, p. 138) a ciência se torna possessão e tesouro, instrumento de poder e não já fim desinteressado.

O desenvolvimento e a modernização das universidades foram, de acordo com Cunha (2007, p. 22), tentativas de subordinar a universidade à empresa capitalista, melhor dizendo, ao capital. Não a imediata e visível subordinação financeira e administrativa, mas à hegemonia que as práticas do americanismo, próprias da grande indústria, passaram a ter nas universidades brasileiras, isto é, a organização e a avaliação da universidade em função da produtividade, da organização racional do trabalho e das linhas de comando, conceitos essenciais de Frederick Taylor e de Henri Fayol. Entretanto, nesse movimento, as forças atuantes nas universidades sempre lutaram contra essa aplicação, pelo fortalecimento e pela ampliação da autonomia e da participação nos órgãos colegiados.

Para isso, todos os segmentos da comunidade acadêmica, docentes, discentes e funcionários devem participar deste processo na mesma proporção. A participação

[...] não é apenas um fenômeno voltado para a motivação dos indivíduos no trabalho, nem só uma luta de classe para a melhoria das condições de vida, sob a perspectiva da participação conflitual, nem simplesmente um esquema de integração nos processos e nas técnicas administrativas de uma instituição. Ela é tudo isso, e muito mais; é produto do processo de conscientização política e, conseqüentemente, de envolvimento concreto dos indivíduos nas ações efetivas. Dessa forma, podemos afirmar que a gestão democrática participativa é aquela que convoca todos os elementos a fim de, com plena consciência, perseguirem e viabilizarem juntos os objetivos definidos de maneira clara e direta pelo coletivo que dela usufruirá. (DAL RÍ, 1997, p.20).

Segundo Dal Rí (1997) a luta pela autonomia e participação na universidade pública pode ser entendida como um aspecto da luta pelo autogoverno ou autogestão.

A autogestão, para Vieitez (1996, p. 141), “[...] em seu sentido restringido, é um método de participação avançada” em que “[...] os trabalhadores não apenas influem na

vida da organização, senão que são eles próprios os responsáveis diretos e imediatos pela tomada de decisões da organização, ou seja, são eles mesmos os gerentes da organização.”

Desse modo, a representação e a participação na organização autogerida é direta e a única autonomia que pode interessar à universidade é a autonomia capaz de alimentar o processo democrático (DAL RI, 1997, p.189). Os elementos de autogestão podem se tornar mais fortes, na medida em que se fortalecerem e forem se sobrepondo ao tipo burocrático, isto é, à medida que os segmentos possuïrem maior controle de seu trabalho. Para isso, Barros e Silva (1998, p. 100) afirmam que os estudantes precisam ter efetiva participação como sujeitos, estando junto com os outros segmentos para exercerem sua influência de modo a contribuir para a vida universitária e seus objetivos.

Se os estudantes fossem apenas os profissionais que se preparam para a competição nas funções técnicas e intelectuais especializadas da variedade das profissões, por que de quando em quando, acometeria aos jovens estudantes de todos os países uma vontade de transformar a vida e o mundo e de desencadear movimentos políticos estudantis que, de fato, mudam a história? (CARNEIRO, 2008, p. 35).

A partir dessas reflexões iniciais articulamos este texto que apresenta e discute a contribuição e a reivindicação do Movimento Estudantil (ME) na luta pela autonomia e pela participação na gestão universitária na América Latina. A autonomia é compreendida como um aspecto da gestão democrática ou autogestão, e vice e versa, na medida em que não é possível deliberar coletivamente se não houver autonomia. Dessa forma, a luta pela gestão democrática é indissociável da luta pela autonomia.

2 O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO MOVIMENTO SOCIAL

Os movimentos sociais, segundo Dal Ri (2009), de um modo geral, podem ser divididos em três tipos: a) *tradicionais*, como o movimento operário-popular, partidos, sindicatos, o ME; b) *mais recentes*, como o movimento feminista, étnico-raciais, direitos humanos, ecológicos, etc.; c) *novos*, como os movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra, sem-teto, dos indígenas, desempregados, de bairro, trabalho associado, etc.

Os movimentos sociais *tradicionais* têm como objetivo impulsionar a luta de classes no interior de cada Estado (ou internacional) contra a burguesia, mas há entre eles divergências teóricas, de estratégias e táticas. O processo de mobilização inicia-se, em geral, com grupos pequenos, formados por intelectuais e militantes, e com campanha educativa e organizativa. Esses movimentos foram e são reprimidos pelos governos, principalmente militares. Segundo Wallerstein (2003, p.1-2), durante o processo histórico de maturação desses movimentos, muitos pesquisadores e militantes deixaram de confiar

neles como impulsores da revolução socialista e deixaram de confiar nos Estados como mecanismos de transformação.

Para Dal Ri (2009) a forma típica de organização dos movimentos tradicionais, em especial a dos partidos e sindicatos é aquela advinda da experiência histórica dos bolcheviques, com a disseminação da ideia e da prática das organizações de quadros e da formação da vanguarda da classe operária. Essa forma de organização permeou quase que completamente todas as entidades e movimentos da classe trabalhadora.

Os estudantes não constituem base para um movimento social, mas podem “ser um elemento fundamental num movimento dessa natureza, de acordo com os temas que propõe e as alianças que é levado a travar com organizações políticas ou sindicais” (ALBUQUERQUE, 1977, p. 69).

O ME é conceituado na literatura (FORACCHI, 1965; ALBUQUERQUE, 1977; FÁVERO, 2009; SANTOS, 2010) como um movimento policlassista de caráter pequeno-burguês, pois além da origem de classe dos estudantes, em sua maioria de classe média, o teor de suas reivindicações é, muitas vezes, de cunho corporativista, visando quase sempre o seu futuro profissional. A origem de classe, portanto, é bastante elucidativa para compreensão dessa questão. Contudo, nosso interesse é compreender a concepção e a atuação das mobilizações em torno da autonomia e da GD, que se situam como um processo de luta contra a alienação social e do trabalho.

Acrescentamos que nem todos os estudantes se comprometem com o ME e os que se comprometem não o fazem sempre do mesmo modo. A identificação do estudante com o movimento depende de um projeto pessoal, pois se trata de uma *escolha* inseparável da imagem que ele tem de si mesmo na sociedade e da imagem que constrói sobre a sociedade em que desejaria viver. (WEFFORT apud ALBUQUERQUE, 1977).

Não podemos afirmar que o estudante da classe trabalhadora é igual ao estudante burguês ou pequeno-burguês, pois suas condições materiais não são iguais. Entretanto, podemos afirmar que os estudantes no modo de produção capitalista são alienados do poder de decisão sobre seu processo de formação e sobre a produção de conhecimento.

A decisão de como o ME atua para decidir sobre seu processo de formação e sobre os rumos da educação é permeada pela questão de classe. Contudo, o que é determinante é o caráter das reivindicações, que se dividem em duas tendências sociais predominantes: uma democrática, ligada aos setores explorados da sociedade; e outra ligada à reprodução dos interesses da classe proprietária. As concepções teórico-práticas de participação e de

educação são permeadas pela disputa dessas tendências no interior da universidade. Segundo Engels (1997, p. 18)

[...] todas as lutas históricas, quer se processem no domínio político, religioso, filosófico ou qualquer outro campo ideológico, são na realidade apenas a expressão mais ou menos clara da luta de classes entre classes sociais, e que a existência, e portanto também os conflitos entre essas classes são, por seu turno, condicionados pelo desenvolvimento de sua situação econômica, pelo seu modo de produção e pelo seu modo de troca, este determinado pelo precedente [...].

Poderíamos conceituar, portanto, o ME no plural, como movimentos estudantis, mas o fato do ME ser policlassista é parte intrínseca de sua constituição no interior da sociedade de classes. Dessa forma, apesar da história do ME ser marcada pela forte ligação com partidos e sindicatos dos trabalhadores, com o objetivo de uma revolução socialista, também, em alguns momentos, possui objetivos diferentes e/ou contrários, como pode ser observado nos estudantes nazistas ou ligados às ditaduras. No entanto, em geral, o ME atua como contestador e ligado à luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra as ditaduras civil-militares. Além de que, a luta pela autonomia da universidade e pela participação em sua gestão é uma das reivindicações que perpassa a história do ME desde o Antigo Regime.

Os movimentos denominados de *mais recentes* criticaram os movimentos tradicionais por suas estratégias em etapas, hierarquias internas, prioridades políticas, e a ideia de que as necessidades desses movimentos seriam atendidas após a revolução. Também nesses movimentos há divergências teóricas e práticas e, segundo Wallerstein (2003, p. 4-5), não parecem mais anti-hegemônicos que os tradicionais, na medida em que a única mudança que fizeram foi incorporar as reivindicações dos outros movimentos em suas próprias manifestações programáticas. Chegam a ser auxiliares do Estado, mais que oponentes a ele.

Os *novos movimentos*, segundo Boneti (2007, p. 72), apresentam-se como uma espécie de contra-hegemonia ao projeto econômico e político mundial de homogeneidade social, de produção econômica, de manifestação cultural e de consumo.

Os novos movimentos apresentam projetos político e educativo explícitos, os quais se constituem em ferramentas básicas de luta. Esses movimentos buscam uma consciência do entorno, de coletividade, do pertencer a uma organização social e o direito ao acesso igualitário aos bens e serviços socialmente produzidos. Para Bastos (2000, p. 33) esses movimentos apontam para um projeto alternativo de sociedade, no sentido do antiautoritarismo e da descentralização do poder.

Para Dal Ri (2009) os novos movimentos sociais incorporam problemáticas que ou não estão presentes ou são pouco discutidas pelos movimentos tradicionais, como, por exemplo, o processo histórico de expropriação dos indígenas, a organização dos desempregados, dos sem-terra, dos sem-teto, etc. No entanto, a principal característica dos novos movimentos sociais não é aquela dada pelas reivindicações ou temas que os movem, mas sim pela forma como se organizam e funcionam, ou seja, por meio da democracia direta e da horizontalidade na distribuição de poder.

Os novos movimentos sociais que vão emergindo na América Latina aparecem tomados por formas originais de organização e, na maioria das vezes, de modo espontâneo. Essas novas forças estão promovendo o princípio fundamental da prática democrática, recusando a hierarquia vertical, promovendo formas de cooperação e solidariedade, e resgatando valores e culturas esmagados pelo capital. (DAL RI, 2009, p. 1).

Os movimentos tradicionais, pelo próprio aprendizado histórico, também rediscutem sua forma de organização e suas táticas na atual conjuntura. Quanto ao ME, busca sintonizar-se com as reivindicações do corpo estudantil. Quando as reivindicações vão além daquelas ligadas exclusivamente à categoria estudantil, o que se pretende é ampliar os espaços de atuação política e as ações do movimento e pelo próprio caráter transitório dos seus sujeitos, sempre acabam inovando (BENEVIDES, 2006).

Uma marca histórica do ME no ocidente é a contraposição às hierarquias rígidas e impostas. Na década de 1960 e 1970 o ME teve o objetivo de combater tanto o autoritarismo político, quanto aquele vivenciado nas relações mais cotidianas, tais como, nas relações entre pais e filhos, professor e aluno, patrão e trabalhador. Benevides (2006, p. 117) afirma que o ME conseguiu, subjacente às suas bandeiras de lutas, “produzir um entendimento sobre a ação histórica dos indivíduos enquanto sujeitos políticos e culturais.”.

Nesse contexto se insere a concepção e a participação dos estudantes na e pela democratização da universidade e da sociedade. A organização estudantil no interior da universidade é importante para o desenvolvimento das atividades acadêmicas e para o próprio processo educativo. Os estudantes universitários, ao menos uma parte deles, discutem, mobilizam-se e questionam o modo de produção e sua estrutura de poder, assim como discutem sua própria organização e a função da universidade e é com essa concepção que analisamos os temas a seguir.

3 A TRADIÇÃO DAS LUTAS ESTUDANTIS PELA DEMOCRATIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES NA AMÉRICA LATINA

A possível relação entre ME, autonomia e GD que tentamos demonstrar é um tema relevante para o conhecimento das questões que envolvem a vida da universidade.

A história da universidade é também a história do movimento estudantil e de suas ocupações. Em nosso continente, a agenda da autonomia universitária, da gestão pela comunidade universitária e da docência livre foi apresentada pela primeira vez pelos estudantes na Universidade de Córdoba. (CARNEIRO; BRAGA; BIANCHI, 2008, p. 25).

Em consonância com Carneiro, Braga e Bianchi (2008), Santos (2005, p.121) afirma que a luta do ME por espaços nos círculos decisórios das instituições de ensino superior, em especial na universidade pública, não é um fato novo, ao contrário, caracteriza-se como luta já historicamente consolidada. As lutas estudantis pela democratização das universidades na América Latina configuraram-se como um movimento próprio reivindicando democracia na gestão universitária e autonomia perante o poder religioso.

O que nos autoriza a utilizar a maneira de definir a Reforma Universitária com indicador de projeto societal é a universalidade desse tema no movimento estudantil latino-americano. Desde o primeiro movimento de Reforma, na Argentina, no início do século XX, é difícil apontar um período em que tal tema não tenha sido agitado em um ou vários países da América Latina. (ALBUQUERQUE, 1977, p. 77-78).

Marín (2008, p. 1) assegura que o Congresso Internacional de Estudantes Americanos, realizado em 1908, em Montevideu, marcou o começo do programa estudantil de Reforma Universitária, com reivindicações pela gestão e pela autonomia universitária. Esse Congresso foi fundamental para a construção de um ME de caráter latino-americano.

Após o Congresso, a primeira luta dos estudantes teve início em Córdoba, Argentina, em 1918, pela reforma da Universidade. A insurgência estudantil de Córdoba foi um acontecimento importante e assinalou o nascimento de uma nova geração estudantil latino-americana.

Segundo Solano (1998, p. 1), as universidades argentinas eram regidas por uma lei ditada em 1885 que recaía sobre as universidades de Córdoba, La Plata e Buenos Aires. Nestas duas últimas foram realizadas reformas dando certa participação ao corpo docente composto pela elite liberal, com a intenção de limitar as atribuições do clero. Os estudantes de Córdoba iniciaram uma luta reivindicando um governo democrático na universidade,

com participação estudantil no poder. Surgiu nessa luta o princípio do cogoverno tripartite e igualitário que nunca teve vigência, já que todos os governos o limitaram.

Os estudantes de Córdoba, de acordo com Solano (1998, p. 5), conceberam a autonomia como o exercício de direção da Universidade sem a intromissão dos poderes do estado ou do clero, no âmbito próprio da deliberação e decisão livre de estudantes e professores. O Manifesto de Córdoba, até os dias atuais, continua expressando o ideário de Universidade latino-americana, do ponto de vista do ME.

No início do século XX, as manifestações estudantis de Córdoba expandiram-se para as universidades do continente latino-americano do Peru, Chile, Cuba, Colômbia, Guatemala e Uruguai e, a partir de 1930, para as do Brasil, Paraguai, Bolívia, Equador, Venezuela e México.

Solano (1998, p. 7) afirma que no Peru, a casta dos civilistas, representantes dos setores conservadores da oligarquia, foi derrubada e o poder passou para os setores liberais comandados por Augusto Leguía, que assumiu o governo em 1919. Leguía chegou ao poder apoiado pelos estudantes que o consideravam o *professor da juventude*. As demandas estudantis, como as de Córdoba, foram cumpridas e aprovou-se uma nova lei universitária. Porém, o governo de Leguía converteu-se em representante da burguesia aliada ao imperialismo e ao clero. Em 1923, o governo reprimiu uma mobilização estudantil matando dois estudantes e as reformas foram eliminadas da universidade.

Os estudantes da Universidade de Lima, no Peru, tiveram como bandeiras a participação dos estudantes na direção das universidades e escolas especiais, direito ao voto na eleição de reitores e voto simbólico na provisão das cátedras.

No Chile, os estudantes também decidiram apoiar um candidato liberal, Arturo Alessandrini, que disputava o poder com o setor conservador. Logo depois de ganhar as eleições, Alessandrini seguiu o exemplo dos governos da Argentina e do Peru e negou qualquer reforma universitária (SOLANO, 1998, p. 7-8).

O Congresso Internacional de Estudantes do México, em 1921, teve como reivindicação a participação dos estudantes na direção das universidades. Em 1923, os estudantes cubanos apresentaram como primeira reivindicação uma *verdadeira democracia* universitária. Já os estudantes colombianos, no ano de 1924, exigiram em seu programa a organização da universidade sobre bases de independência, de participação dos estudantes na sua direção e de novo método de trabalho (MARIÁTEGUI, 1975, p.85-90).

Em 1929 fundou-se a Federação Estudantil Universitária Uruguiaia (FEUU), realização fundamental para a unidade do ME o que se consolidaria no ano seguinte com o Congresso Nacional dos Estudantes, cujo tema fundamental foi a Reforma Universitária e, segundo Marín (2008, p. 2), com reivindicações como autonomia com independência administrativa, pedagógica e financeira; cogoverno com participação direta e paritária dos estudantes; integração da classe trabalhadora na universidade.

Em 1951, de acordo com Marín (2008, p. 2), o governo aprovou lei que regulamentou a dependência direta da Universidade do Uruguai ao governo. O ME respondeu com uma greve histórica, que terminou com a inclusão na Constituição de um artigo referente à autonomia universitária.

A partir desses movimentos, a luta dos estudantes pela autonomia e participação na gestão se expandiu na América Latina. Para Marín (2008, p. 5) a insurgência estudantil latino-americana nasce da profunda crise da estrutura desta sociedade, da dominação e da frustração dos destinos das pátrias pela presença do imperialismo norteamericano. Acrescenta, ainda, que a insurgência universitária é parte do movimento libertador que encaminham os povos da América Latina.

A indignação contra forças policiais que invadiram as universidades, atacando a autonomia universitária e o anseio de democratização foi um dos motivos para os levantes na década de 1960. (MARTINS FILHO, 1996).

A luta dos estudantes e docentes da Universidade Autônoma do México (UNAM) na década de 1960 para manter a autonomia em relação ao poder estatal, culminou numa grande revolta estudantil pela democratização da sociedade mexicana, que foi esmagada por tropas do exército em 2 de outubro de 1968. (GROPPO, 2006, p. 57-58).

Não apenas na América Latina, mas em todo o mundo, espalha-se o levante estudantil. No Brasil, na França, no México, nos Estados Unidos, na Espanha, na Itália, na Bélgica, no Canadá, na Argentina, na Venezuela, nos países da Europa do Leste, como a Polônia, a Tchecoslováquia, a Iugoslávia, os estudantes foram às ruas, entraram em confronto com a polícia e realizaram greves na década de 1960. Porém, o maior símbolo foi o Maio de 1968 na França.

As manifestações envolveram estudantes universitários, e também professores, intelectuais, artistas, secundaristas e, em algumas regiões, trabalhadores das fábricas e do comércio e se estenderam além de Paris. “Em Strasboug foi criada a *primeira universidade*

livre do ocidente: os estudantes ocuparam os prédios da Universidade e passaram a administrá-la”. (ARAÚJO, 2007, p. 165).

Na Universidade Nova Belgrado, na Iugoslávia, em junho de 1968, após uma assembleia geral dos estudantes e professores, todas as faculdades foram ocupadas e a universidade foi rebatizada com o nome de *Universidade Vermelha Karl Marx*. Os estudantes lutavam pela união com os trabalhadores, contra a burocratização da política, elite político-econômica dominante e consumismo. (GROPPO, 2006, p. 85-86).

O Movimento de 1968 exigia o acesso de todos ao ensino superior, recusava a divisão social do trabalho, toda espécie de hierarquia e recusava os critérios de eficiência e rentabilidade capitalistas. A participação dos estudantes na gestão era proposta nas comissões paritárias para a reforma universitária. Defendiam a autonomia do saber e a integração da universidade com a sociedade. (GROPPO, 2006, p. 89-90).

A efervescência estudantil no Brasil na década de 1960 remetia à luta dos estudantes para participarem da gestão da universidade, o que já existia em parte importante das outras universidades da América Latina.

3.1 A reivindicação por autonomia e GD do ME brasileiro

A universidade pública brasileira apresenta um sistema dual de poder, pois apresenta ao mesmo tempo uma administração de tipo burocrático-hierárquico e uma estrutura de órgãos colegiados, que apresenta elementos de democratização.

Os momentos históricos nos quais há forte mobilização dos estudantes, com reivindicação por autonomia e participação na gestão universitária, encontram-se em conjunturas de acirramento da luta de classes, com intensas greves, ocupações e demais manifestações da classe trabalhadora. Ou seja, os momentos históricos mais marcantes ocorrem juntamente com forte mobilização da classe trabalhadora fora da universidade.

No Brasil, podemos observar três momentos de grande impacto do ME. O primeiro ocorreu na década de 1960, com a intensa discussão sobre as Reformas de Base no governo de João Goulart. O segundo momento foi no final da década de 1970 e início da de 1980, quando o movimento operário-popular luta contra a ditadura e pela democratização das instituições públicas. Por fim, o terceiro momento foi no final da década de 2000, a partir da vitória do Governo Lula para a presidência. A diferença dos dois primeiros momentos para o terceiro dá-se pela conjuntura que se modifica com o fim da guerra fria entre EUA e

União Soviética, crise do socialismo real, intensificação e ampliação das políticas neoliberais e reorganização da esquerda.

A primeira ação concreta dos estudantes pela reforma universitária, com exigências de participação, com direito a voz e voto, nos órgãos colegiados de administração iniciou-se em 1962, com campanha encaminhada pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Os estudantes reivindicavam a participação em um terço das cadeiras nos órgãos colegiados, já que isso constava na Lei de Diretrizes e Bases de 1961. Segundo Poerner (1979, p.196), como a reivindicação não foi atendida, os estudantes entraram em greve geral nacional que paralisou a maior parte das 40 universidades existentes na época. De acordo com Sanfelice (1986, p.40) a resistência das autoridades em aceitarem a reivindicação criou condições para que a *greve de um terço* tivesse alcance inédito no ME até aquela época. Durante mais de dois meses realizaram-se assembleias, reuniões e os estudantes ocuparam o prédio do Ministério da Educação. Contudo, a greve foi suspensa sem seu principal objetivo ser alcançado. Apenas anos depois algumas universidades aprovaram a participação dos estudantes em 1/3, como no Estado do Paraná.

Na década de 1980, em algumas universidades, como na Universidade Estadual Paulista (UNESP), estabeleceram-se processos de democratização interna com a participação dos três segmentos. A UNESP teve duas lutas expressivas nessa década, em 1983 e em 1989. Vale ressaltar que, em 1989, 41 universidades federais entraram em greve, mobilizando cerca de 300 mil pessoas. (FERRARO, 2011).

Contudo, a partir de 2002, com as contradições advindas da crise econômica do capitalismo e dos resultados das reformas educacionais de cunho neoliberal, a partir da eleição do Presidente Lula, as lutas do ME ascendem, tanto que os estudos sobre ele voltam à tona.

Em relação à organização nacional por meio de sua entidade, “[...] a UNE foi, de forma cada vez mais acelerada, deixando de cumprir seu papel na organização e centralização das lutas estudantis e de defesa dos interesses dos estudantes [...]” (ARAÚJO, 2009, p. 164).

A reforma universitária foi tema das reivindicações estudantis na América Latina desde Córdoba, mas no Brasil nos anos 2000 foi a primeira vez que as lutas se fizeram à parte de sua entidade nacional, a UNE. Essa ação teve início com a Reforma Universitária do Governo Lula, quando a UNE se colocou em sua defesa sem discussão com a base estudantil. Desse modo, em maio de 2004 realizou-se o Encontro Nacional contra a

Reforma Universitária, no Rio de Janeiro, com a participação de mil e duzentas pessoas. Desde então, a discussão para a criação de uma nova entidade nacional cresceu. Como resultado, em 2009, criou-se a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL) como tentativa de combater o governismo da diretoria da UNE e unificar e dirigir as lutas estudantis em nível nacional.

O movimento estudantil ganhou visibilidade nessa década e a longa greve dos estudantes da UNAM, em 1999, foi a primeira. Anos depois, a luta dos estudantes secundaristas chilenos, conhecida como Revolta dos Pingüins; em 2006, a insurreição da juventude francesa; em 2005 e 2006 a Comuna de Oaxaca, no México; em 2006, as mobilizações populares contra a fraude eleitoral no México (LEHER, 2007, p. 98), além de, em 2007, na Espanha e, em 2008, na Itália.

Em 2007, o ME brasileiro teve impacto fulminante e catalisador. Um levantamento realizado por Minto (2008, p. 1) contabiliza no ano de 2007 treze ocupações de reitorias (UFAL, UFBA, UFES, UFGD, UFJF, UFMA, UFPA, UFPE, UFPR, UFRGS, UFRJ, UFSM e USP), e a mais longa delas, na USP, foi iniciada no dia 03 de maio e encerrada no dia 22 de junho. “A ocupação da reitoria da USP foi uma ruptura no *continuum* do tempo marcado pelo conformismo e pela aceitação passiva da ofensiva neoliberal. Provavelmente foi o ato de maior visibilidade nas lutas universitárias da presente década”. (LEHER, 2007, p. 97).

“[...] todos esses movimentos recusaram delegar o poder a formas institucionalizadas de representação, que embora presentes, tiveram de se submeter às formas mais diretas de democracia”. (LEHER, 2007, p. 100).

A democracia parece ser essencial para a organização das entidades estudantis e retomada da articulação nacional e internacional. No entanto, essas ações dependem da correlação de forças entre as organizações que disputam a direção do ME.

Observamos que os estudantes sempre esbarram em posição contrária à sua maior participação na gestão da universidade, manifesta pelos governos, dirigentes da universidade e grande parte do corpo docente. Em geral, o argumento utilizado pelos executivos, operadores da ideologia prático-teórica neoliberal e dos interesses do capital, é o de que a eficácia das instituições fica limitada com a estrutura participativa, pois a participação dos segmentos nos órgãos colegiados é uma burocracia que atrasa o processo decisório e impede a racionalização no uso dos recursos disponíveis. Ainda, acabam

praticando a autonomia universitária neoliberal, no sentido de busca da subsistência da instituição por meio da competição do mercado.

Está previsto na legislação¹ que a comunidade acadêmica deve gerir a universidade e, ao mesmo tempo, que cabe aos docentes o maior peso nas decisões. Desse modo, não é a comunidade que administra a universidade, mas sim o segmento docente. A maioria daqueles que constituem e vivenciam a universidade, ou seja, os estudantes e os funcionários não estão, na verdade, gerindo a universidade. A histórica concentração do poder no segmento docente leva à também histórica reivindicação estudantil pelo governo tripartite, pela paridade ou sufrágio universal, já que o segmento que possui o maior número de pessoas é o que tem menor poder de decisão.

A ideologia hegemônica capitalista dissemina a ideia de que quem deve decidir sobre o processo de trabalho é o proprietário dos meios de produção, ou a burocracia que detém, segundo tal visão, o conhecimento acerca dos processos técnico-administrativos. Como essa ideologia acaba convivendo bem com a concepção liberal de democracia representativa – os representantes eleitos decidem sobre as questões que envolvem os interesses dos que os elegeram -, essa também é a visão que permeia o senso comum. Contrapondo-se a essa visão, na história do ME constatamos uma linha de defesa da democracia direta e participativa, que tem como pressuposto as deliberações tomadas por todos os envolvidos no processo. Contudo, à medida que essa ideologia se confronta com a dominante no interior da universidade, os resultados dependem sempre da correlação de forças e da luta de classes e, em geral, a hegemônica se sobrepõe. De qualquer forma, a reivindicação por uma maior participação na gestão da universidade sempre foi bandeira do ME, que obteve algumas conquistas em determinadas conjunturas.

Por fim, acerca da questão da paridade na universidade podemos levantar as seguintes problemáticas: as categorias defendem o mesmo projeto de universidade, independente da classe social dos indivíduos? Qual conhecimento específico acerca da administração da universidade, da política educacional ou de um projeto de universidade o docente possui com maior profundidade que o estudante para decidir com maior peso sobre

1 O art. 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1996 dispõe sobre o Funcionamento de órgãos colegiados deliberativos, com a participação dos segmentos da comunidade acadêmica, dispõe que os docentes devem ocupar setenta por cento da totalidade de composição de cada órgão, principalmente quando se tratarem de formulações estatutárias e regimentais, assim como de escolha de dirigentes.

o processo educacional? Projeto de educação e conhecimento sobre as condições materiais necessárias para a universidade, não são conhecimentos que todos os sujeitos que participam do processo educacional podem possuir ou não, independente da função que executam? Se os conhecimentos necessários para decidir sobre o processo educacional são construídos por meio do aprendizado histórico, e a experiência histórica mostra que os estudantes são os sujeitos na vanguarda do movimento por democratização com as posições mais avançadas, qual o argumento válido para limitar sua participação?

4 CONCLUSÃO

Na história do ME pudemos constatar a luta pela democracia direta e participativa, que tem como pressuposto as deliberações tomadas por aqueles que estão envolvidos no processo educacional. Contudo, à medida que essa ideologia é contraposta à dominante no interior da universidade, o resultado depende sempre da correlação de forças. Mesmo assim, a reivindicação por uma maior participação na gestão da universidade é sempre posta pelo ME, conseguindo algumas conquistas dependendo da conjuntura. Observamos que em 2007, no Estado de São Paulo, a luta por autonomia e GD foi retomada por um forte movimento nas universidades públicas.

Segundo Araújo (2009, p. 169) as mobilizações estudantis, independente de suas reivindicações específicas, contestam o modelo de universidade existente e, ao mesmo tempo, afirmam outro modelo, o de uma universidade pública, gratuita e de qualidade, com ampla democracia e autonomia, voltada para atender às necessidades daqueles que a sustentam, os trabalhadores.

Solano (1998, p. 9) afirma que o ME, com sua luta por autonomia e participação na gestão da universidade, deveria partir da conclusão de que a transformação educacional é inseparável da transformação social dirigida pela classe trabalhadora contra a opressão e a miséria capitalistas. A revolução educacional só pode realizar-se como revolução social, pois a própria história do ME demonstra seus próprios limites.

Atualmente, o neoliberalismo está difundido em todos os países e, em maior ou menor intensidade, as suas políticas têm sido implantadas. No entanto, no que diz respeito ao ME, os estudantes continuam propondo e lutando por outro projeto de universidade, resgatando, em última análise, as proposições de Córdoba. Como os países latino-americanos passaram por processos históricos semelhantes, desde as colonizações e

explorações até as ditaduras do século XX, há muito em comum também nas lutas de resistência e de contra-hegemonia nesses movimentos.

No entanto, aqui se encontra uma dificuldade. Se a mudança dos sujeitos do ME fez com que suas ações inovassem, também aí se localiza sua limitação: transformar as experiências vividas em conhecimento acumulado, isto é, em sua tradição. O ME enfrenta a dificuldade de relacionar as suas urgências cotidianas com as lutas mais gerais de toda a população. Por enquanto, o ME no Brasil tem demonstrado que, como um movimento social, possui proposições para a educação brasileira. Essas proposições, como as relativas à autonomia e à GD, precisam ser expostas em um projeto de universidade a ser amplamente discutido com a comunidade acadêmica. De acordo com Santos (2005, p.121) “Porém, como demonstram os fatos, essa luta parece longe do fim”.

REFERÊNCIAS

- ALBURQUERQUE, J. A. G. **Movimento estudantil e consciência social na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ARAÚJO, M. P. N. **Memórias estudantis: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.
- ARAÚJO, R. D. O movimento estudantil não é coisa do passado: de maio de 1968 às mobilizações e ocupações de 2007 e 2008. **Universidade e Sociedade**, ano 19, n. 44, p. 159-171, jul. 2009.
- BARROS, D. F.; SILVA, R. C. **Entre a autonomia e a competência: tópicos em administração universitária**. 2. ed. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.
- BENEVIDES, S. C. O. **Na contramão do poder: juventude e movimento estudantil**. São Paulo: Annablume, 2006.
- BONETI, L. W. Educação e movimentos sociais hoje. In: JEZINE; ALMEIDA (Orgs). **Educação e movimentos sociais: novos olhares**. Campinas: Alínea, 2007.
- CARNEIRO, H.; A universidade tecnocrática e a rebelião estudantil. In: BIANCHI, A. (Org.). **Transgressões: as ocupações estudantis e a crise das universidades**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- CARNEIRO, H.; BRAGA, R.; BIANCHI, A. O Movimento estudantil e as ocupações. In: BIANCHI, A. (Org.). **Transgressões: as ocupações estudantis e a crise das universidades**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- CUNHA, L. A. **A universidade reformanda: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.
- DAL RI – tese doutorado
- DAL RI, N. M. **Movimentos sociais na América Latina e gestão democrática da educação**. Marília: UNESP, 2009 (digitado).
- ENGELS, F. Prefácio de Engels para a terceira edição alemã. In: MARX, K. **O dezoito brumário e cartas a Kugelmann**. 6. ed. [Trad. de Leandro Konder e Renato Guimarães]. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

- FÁVERO, M. de L. A. **A UNE em temas de autoritarismo**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009
- FERRARO, K. P. **Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia na universidade**. 2011. 211f. Dissertação (Mestrado em educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- FORACCHI, M. **O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. [trad. Carlos Nelson Coutinho]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GROPPO, L. A. **Autogestão, Universidade e Movimento Estudantil**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- LE GOFF, J. **Os intelectuais na Idade Média**. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- LEHER, R. Rebeliões estudantis refundam a luta social pelo público. **Margem Esquerda: ensaios marxistas**, n. 10, p. 97-102, nov. 2007.
- MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.
- MARÍN, A. L. El movimiento estudiantil latinoamericano, sus tradiciones de lucha. Una mirada desde el pensamiento de Rodney Arismendi. 2008. **IV Conferencia Internacional** "La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI". Disponível em: <http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso08/conf4_beltranm.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2009.
- MARTINS FILHO, J. R. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968**. Campinas: Papiros, 1996.
- MINTO, L. W. Governo Serra, Universidades paulistas e "autonomia" universitária. **Universidade e Sociedade**, Brasília, DF, ano 16, n. 41, p. 79-93, jan. 2008.
- POERNER, A. J. **O Poder Jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil: a UNE na Resistência ao Golpe de 64**. São Paulo: Cortez, 1986.
- SANTOS, J. de S. **A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70**. 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.
- SANTOS, R. M. dos. Representação, participação e democracia: o papel do estudante na gestão do *demos* universitário. In: RAMPINELLI; ALVIM; RODRIGUES (Orgs.). **Universidade: a democracia ameaçada**. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2005.
- SOLANO, G. **Fundación del movimiento estudantil latinoamericano**. 1998. Disponível em: <<http://po.org.ar/edm/edm20/fundacin.htm>>. Acesso em: 21 jul. 2009.
- VIEITEZ, C. G. Trabalhadores e políticas de auto-administração. **Universidade e Sociedade**, ano 6, n. 10, p. 138-46, jan. 1996
- WALLERSTEIN, I. Qué significa hoy ser un movimiento anti-sistémico? **Revista del OSAL**, n. 9, jan. 2003.